

BMTE

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

<



BMTE

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

CNPJ: 20.223.016/0001-70

12. Ativo contratual:

31/12/2024

Ativo de contrato

8.984.530.692

Receita de O&M

87.566.396

Receita de remuneração

1.119.628.153

Receita de construção

-

Recebimentos

31/12/2025

(940.455.306)

31/12/2024

887.704.492

8.096.826.200

8.984.530.692

31/12/2025

9.251.269.935

31/12/2025

954.375.877

8.296.894.058

9.251.269.935

Circulante

-

Não circulante

-

31/12/2023

Ativo de contrato

8.587.980.173

Receita de O&M

83.135.285

Receita de remuneração

1.210.277.008

Receita de construção

57.346

Recebimentos

31/12/2024

(896.919.120)

31/12/2023

824.864.565

7.763.115.608

8.587.980.173

31/12/2024

8.984.530.692

31/12/2024

887.704.492

8.096.826.200

8.984.530.692

Circulante

-

Não Circulante

-

• Para o ciclo 2024/2025 ocorreu a 2ª revisão tarifária que leva em consideração os índices macro-economico dos últimos 5 anos, refletindo na receita de remuneração do ativo de contrato.

12. Impostos a recolher:

Contribuição social

PIS

COFINS

INSS retido a recolher

ISS

Outros

Total

13. Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e financiamentos

BNDES (a)

CEF (b)

(-) custos a amortizar

31/12/2024

1.328.410.496

714.539.784

(27.496.018)

2.015.454.262

Liberação

-

-

-

-

Amortização do principal

(128.939.797)

(66.635.509)

-

(195.575.306)

Amortização dos juros

(110.245.664)

(66.614.587)

-

(176.860.251)

Juros

141.843.594

83.612.765

-

225.456.359

Custos

-

-

3.604.902

3.604.902

Circulante

-

Não circulante

-

Total

-

31/12/2023

Empréstimos e financiamentos

BNDES (a)

CEF (b)

(-) custos a amortizar

31/12/2023

1.431.482.869

768.091.680

(31.110.796)

2.168.463.753

Liberação

2.066.701

-

-

2.066.701

Amortização do principal

(116.281.868)

(59.519.436)

-

(175.801.304)

Amortização dos juros

(118.809.998)

(71.540.085)

-

(190.350.083)

Juros

129.952.792

77.507.626

-

207.460.418

Custos

-

-

3.614.778

3.614.778

Circulante

-

Não circulante

-

Total

-

As características dos empréstimos e financiamentos estão detalhadas abaixo:

Financiadores

Data da contratação

Valor Contratado

Valor Liberado

Vencimento da dívida

Indexador

Juros (%)

Principal

Encargos

Liquidado

BNDES - Sub "A" (a)

17/03/2017

1.429.986.000

1.429.986.000

15/08/2032

TJLP

2,98%

Mensal

Mensal

1.061.491.247

BNDES - Sub "B" (a)

17/03/2017

31.616.000

15.099.500

15/08/2032

TJLP

2,98%

Mensal

Mensal

10.625.067

BNDES - Sub "C" (a)

17/03/2017

210.673.000

201.007.615

15/08/2032

TJLP

2,98%

Mensal

Mensal

149.896.728

BNDES - Sub "D" (a)

17/03/2017

12.725.000

12.591.582

15/08/2032

TJLP

0,00%

Mensal

Mensal

9.055.584

BNDES/Repassse - Sub "A" (b)

17/03/2017

748.225.000

748.225.000

15/08/2032

TJLP

4,10%

Mensal

Mensal

577.610.801

BNDES/Repassse - Sub "B" (b)

17/03/2017

16.543.000

7.900.500

15/08/2032

TJLP

4,10%

Mensal

Mensal

6.098.997

BNDES/Repassse - Sub "C" (b)

17/03/2017

110.232.000

105.175.084

15/08/2032

TJLP

4,10%

Mensal

Mensal

81.192.654

(a) O Contrato de empréstimo com o BNDES exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). (b) O Contrato de empréstimo com a CAIXA exige a manutenção de certos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas). Dentre essas cláusulas restritivas, destacam-se: • Manter, durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Capital Próprio (ICP), definido pela relação Patrimônio Líquido sobre Ativo Total, igual ou superior a 25%. • Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deve ser no mínimo 1,2, ao longo de todo o prazo de amortização. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Sociedade estava em conformidade com as cláusulas contratuais dos empréstimos. O empréstimo, classificado no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

Saldo a pagar

2027

247.839.071

Custo a amortizar

2027

(3.604.901)

Total

2027

244.234.170

Saldo a pagar

2028

279.313.200

Custo a amortizar

2028

(3.614.778)

Total

2028

275.698.423

Saldo a pagar

2029

314.775.285

Custo a amortizar

2029

(3.604.901)

Total

2029

311.170.384

Saldo a pagar

2030 a 2042

669.278.921

Custo a amortizar

2030 a 2042

(12.214.163)

Total

2030 a 2042

657.064.758

14. Debêntures:

Debêntures

2ª Emissão

(-) custos a amortizar

31/12/2024

681.931.363

(17.059.961)

664.871.403

Amortização do principal

(84.836.143)

-

(84.836.143)

Amortização dos juros

(47.691.697)

-

(47.691.697)

Juros

76.769.576

-

76.769.576

Custos

-

2.451.530

2.451.530

Circulante

-

Não circulante

-

Total

-

31/12/2023

Debêntures

2ª Emissão

(-) custos a amortizar

31/12/2023

709.215.768

(19.518.207)

689.697.560

Amortização do Principal

(60.963.280)

-

(60.963.280)

Amortização do Juros

(50.295.187)

-

(50.295.187)

Juros

83.974.063

-

83.974.063

Custos

-

2.458.246

2.458.246

Circulante

-

Não circulante

-

Total

-

Em 11 de dezembro de 2017, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da sua 2ª emissão pública. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 7,13% ao ano, acima do índice de correção IPCA. Os pagamentos de juros e principal ocorrerão de forma semestral, iniciando-se a primeira prestação em 15 de dezembro de 2018 e vencendo a última prestação em 15 de dezembro de 2031. Pelo fato das garantias do empreendimento (Penhor de Ações e Recebíveis) serem compartilhadas com os financiadores BNDES e Caixa Econômica Federal (CEF), o instrumento da 2ª emissão de debêntures também exige a manutenção dos mesmos índices financeiros (quantitativos) e o cumprimento de outras obrigações específicas (qualitativas) previstas nos referidos contatos de financiamentos de longo prazo do BNDES e CEF, conforme descrito na nota explicativa 13. Os acionistas foram fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

State Grid

51,0%

AXIA Energia Norte

24,5%

AXIA Energia

24,5%

As debêntures, classificado no passivo não circulante têm seu vencimento assim programado:

Saldo a pagar

2027

132.888.823

Custo a amortizar

2027

(2.451.530)

Total

2027

130.437.294

Saldo a pagar

2028

131.160.243

Custo a amortizar

2028

(2.458.246)

Total

2028

128.701.997

Saldo a pagar

2029

95.341.256

Custo a amortizar

2029

(2.451.530)

Total

2029

92.889.726

Saldo a pagar

2030 a 2042

86.171.491

Custo a amortizar

2030 a 2042

(7.101.440)

Total

2030 a 2042

79.070.051

15. Provisões para contingências e depósitos judiciais:

A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e externos a administração identificou causas cujo risco de perda provável para constituição de provisão no montante de R\$ 17.091.030 (R\$ 14.676.604 em 31 de dezembro de 2024) referente a servidões administrativas e de R\$ 731.395 (R\$ 1.017.428 em 31 de dezembro de 2024) referente aos processos trabalhistas da Incomisa, construtora contratada pela Sociedade, dos quais a Sociedade é responsável subsidiária.

Saldos prováveis

Cível

Trabalhista

31/12/2025

Saldo inicial

14.676.604

1.017.428

15.694.032

Provisões

3.673.606

-

3.673.606

Reversões

(160.359)

(101.200)

(261.559)

Pagamentos

(2.932.585)

(70.583)

(3.003.168)

Atualização monetária

1.833.792

(114.250)

1.719.542

Saldo final

17.091.058

731.395

17.822.453

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente apresentam os seguintes valores de risco:

Natureza

31/12/2025

31/12/2024

Ambiental

8.917.601

6.505.082

Minerária

-

13.692

Cível (a)

12.138.674

7.900.959

Trabalhista

896.375

-

Regulatório

9.111.341

8.386.811

Tributário

6.778.901

6.014.287

(a) Os processos cíveis com risco possíveis tratam, na sua maioria, de demandas fundiárias por divergência de valores de indenização e encerramento dos processos no exercício de 2025.

16. Partes relacionadas:

2024

Ativo

Contas a receber

Total

Axia Energia

1.571.138

2.137.641

1.571.138

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

-

-

-

Total

-

-

3.708.779

Passivo

Dividendos a pagar

Total

Axia Energia

29.111.432

29.111.432

29.111.432

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

60.599.306

60.599.306

60.599.306

Total

118.822.170

118.822.170

118.822.170

(+) Receitas

Receita de prestação de serviço

Total

Axia Energia

19.180.374

24.067.504

19.180.374

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

-

-

-

Total

43.247.878

43.247.878

43.247.878

(-) Despesas

Despesa de aluguel

Total

Axia Energia

-

-

-

Axia Energia Norte

-

652.414

-

State Grid

-

-

-

Total

652.414

652.414

652.414

2025

Ativo

Contas a receber

Total

Axia Energia

1.604.055

2.337.704

1.604.055

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

-

-

-

Total

-

-

3.941.759

Passivo

Dividendos a pagar

Total

Axia Energia

26.763.326

26.763.326

26.763.326

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

55.711.413

55.711.413

55.711.413

Total

109.238.064

109.238.064

109.238.064

(+) Receitas

Receita de prestação de serviço

Total

Axia Energia

19.272.674

27.171.562

19.272.674

Axia Energia Norte

-

-

-

State Grid

-

-

-

Total

46.444.236

46.444.236

46.444.236

(-) Despesas

Outras despesas operacionais

Total

Axia Energia

-

-

-

Axia Energia Norte

-

668.111

-

State Grid

-

-

-

Total

668.111

668.111

668.111

A remuneração dos administradores está abaixo relacionada:

31/12/2025

31/12/2024

Diretoria

1.453.082

1.255.005

Conselho de administração

497.476

486.765

Conselho fiscal

240.075

226.318

Total

2.190.633

1.968.088

20. Custo de operação:

Custo de construção

Pessoal

Serviços de terceiros

Materiais

Arrendamentos e alugueis

Seguros

Tributos

Depreciação

Provisões (a)

Outros

Total

31/12/2025

(25.234.584)

(47.928.677)

(25.353.216)

(5.884.129)

(3.193.298)

(3.370.675)

(3.456.691)

444.278

(113.976.991)

31/12/2025

(19.994.771)

(42.577.539)

(29.838.560)

(7.577.239)

(3.433.768)

(2.509.042)

(1.535.301)

(143.656)

(107.609.875)



BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

CNPJ: 20.223.016/0001-70



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso Julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa Assuntos auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações. A financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Mensuração do ativo contratual da linha de transmissão (Notas 11 e 19): O ativo contratual da linha de transmissão refere-se ao direito da Sociedade à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da diretoria sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da diretoria sobre a mensuração do valor presente com base no fluxo de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir de melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Sociedade. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos relacionados ao processo

de mensuração do ativo contratual de concessão da linha de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e seus aditivos. Testamos a consistência entre os dados de Receita Anual Permitida (RAP) contidos nos controles auxiliares e respectiva resolução regulatória. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas ao fluxo financeiro do respectivo contrato, tais como: (i) definição da taxa de desconto utilizada; e (ii) componente de indenização previsto no contrato. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela diretoria são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Japigiro, 11 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5
Bruno Guedes Monteiro
 Contador - CRC 1RJ118070/0-0



Documento assinado digitalmente
 conforme MP nº 2.200-2 de
 24/08/2001, que institui a Infraestrutura
 de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 27/03/2026
 A autenticidade deste documento
 pode ser conferida através do QR Code
 ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/27/BELOMONTE1588395827032026.pdf>
 Hash: 177455292019eb1003c11842e7858d2d8ed40e229c